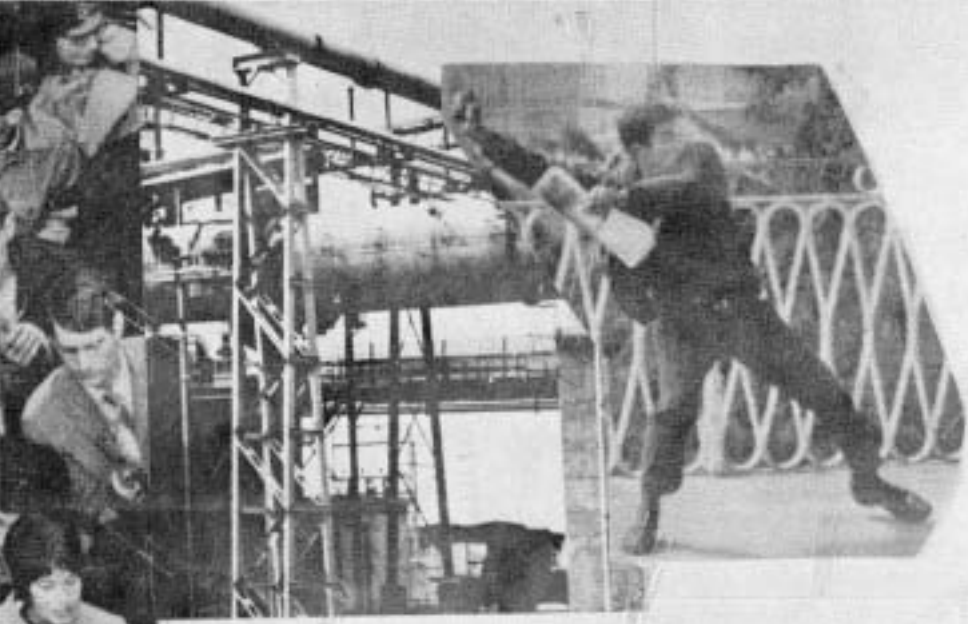

PROGRAMA DE CANDIDATURA

ao trabalho!

aafdl
71/72

I. "A PRATICA É O SUPERIOR CONHECIMENTO DA RAZÃO".

Com a apresentação do seu programa, quer a lista "AO TRABALHO!" (1971-1972) fornecer aos estudantes os fundamentos teóricos de uma PRATICA ASSOCIATIVA, que se pretende renovadora. É da aplicação prática dos princípios fundamentais que os estudantes podem avaliar a justeza das posições que defendemos.

Preferimos, por isso, à exposição prolongada e minuciosa de um esquema de actividades, dar ao nosso programa a forma de um MANIFESTO.

A lista "AO TRABALHO!":

Presidente: CARLOS GAGO
Vice-presid. (relações int.): MANUEL PITA
Vice-presid. (relações ext.): JOÃO ISIDRO
Secretário: MARIA JOSÉ MORGADO
Tesoureiro: ROMEU FRANCES
Vogal: MANUEL LAMEGO
Vogal: TERESA SERRA
Vogal: JOSÉ GALAMBA DE OLIVEIRA
Vogal: FERNANDO AMADO DE CASTRO

II. O ano de 1970-1971 foi para o Movimento Associativo (M.A.), um ano importante: o ano em que a REFORMA começou. A Reforma do Ensino, não sendo mais do que a ADEQUAÇÃO DO CAPITAL AS NECESSIDADES DE QUALIFICAR (e, portanto, aumentar) AS FORÇAS PRODUTIVAS NACIONAIS, vem no seguimento de uma prática educacional já há muito tempo requerida pelos sectores mais "avançados" da classe dominante. Foram seus motores próximos:

— a urgente transição para uma forma monopolista supra-nacional (e não só ao nível da Europa...);

— a necessidade que o sistema tem de integrar a pequena-burguesia (quer a arruinada, quer a resultante da emigração), oferecendo para os filhos o "rebuçado" da cultura, fetiche, não atingido senão por uma franja superior da mass-média nacional.

A REPRESSÃO que acompanhou a Reforma espantou muitos:
- espantou todos os que não sabem que não é na base de uma prática em que se encara as contradições no seio do poder como antagónicas, que o movimento avança;
- todos os que não sabem que é na ligação às mais amplas camadas de estudantes que o movimento se fortalece;
- todos os que não sabendo lutar contra a repressão no quotidiano estudantil e que, nunca explicitando os "porquês" da repressão vêm apelar indiscriminadamente para repressores e reprimidos (com telegramas, abaixo-assinados, marchas de silêncio, etc) procurando comover com a indignação;
- todos os que não sabem que as "liberdades fundamentais" que reclamam são conquistadas NA PRÁTICA pelos estudantes, e dependem de uma RELAÇÃO DE FORÇAS;
- enfim, todos os que não sabem como é que numa dada formação social se estrutura e actua o poder de Estado.

A Reforma dos Estudos de Direito está por fazer. Sendo o Direito, por excelência, a superestrutura fundamental em que se apoia a classe dominante, a Reforma não lhe deu a primazia. Preferiu lògicamente, sectores mais produtivos. O conteúdo da Reforma quanto aos estudos de Direito, virá trazer um esclarecimento sobre a "nova" função que o sistema quer distribuir aos juristas, ou, melhor, qual a renovação desejável para manter a função tal como está. O conteúdo do curso de Direito explica

suficientemente bem a razão das formas repressivas que o seu ensino reveste, bem como o reaccionarismo estreito do corpo docente, àlias avesso a toda e qualquer alteração. A movimentação 70/71 veio prová-lo.

III. PRINCIPIOS FUNDAMENTAIS DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO.

Toda e qualquer definição teórica de uma DIRECÇÃO passa pela definição dos princípios do M.A.. O M.A. é um movimento sindical dos Estudantes e tem por princípios:

1. a APOLITICIDADE e a ARRELIGIOSIDADE o que lhe permite englobar todos os Estudantes independentemente das suas opções quer políticas quer religiosas. No entanto e no prosseguimento da sua acção sindical toma o M.A. posições de caracter político quando os Estudantes democràticamente o exigirem, estando a sua vanguarda limitada pelo nível de consciência das massas, pela legalidade das estruturas já conquistadas e pela relação de forças existente.

2. DEMOCRATICIDADE das estruturas associativas, que garante a participação activa dos Estudantes na decisão e na execução das tarefas a desenvolver.

3. a REPRESENTATIVIDADE de que decorre a UNICIDADE — na medida em que é no seio das massas estudantis que repousa o poder de decisão quanto ao movimento, e na medida em que o movimento engloba os Estudantes, independentemente das suas opiniões— as Associações são os únicos organismos representativos de todos os Estudantes.

ALGUNS PRINCIPIOS DEMOCRATICOS FUNDAMENTAIS:

- a participação dos Estudantes na eleição dos seus dirigentes. (Deve evitar-se ao máximo as eleições indirectas).
- a possibilidade efectiva dos Estudantes em demitir, em qualquer altura os dirigentes eleitos (princípio da REVOGABILIDADE DOS DIRIGENTES).

- participação dos Estudantes nas decisões e na programação e planificação da actividade associativa.
- a fiscalização dos Estudantes da actividade dos dirigentes.
- a INFORMAÇAO constante dos estudantes da actividade associativa.
- a PARTICIPAÇAO ACTIVA das massas em todos os aspectos das realizações das AAEE.
- a actividade de decisão e a actividade de execução não devem estar separadas. No seio das AAEE não devem haver orgãos exclusivamente virados para a definição de orientações e directrizes (orgãos de tipo PARLAMENTAR) e orgãos meramente executivos.

Dos princípios enunciados se conclui a importância da actividade associativa assentar na realização regular de ASSEMBLEIAS DE MASSAS a todos os níveis (de curso, de Escola, federativas, etc.).

IV. DA PRATICA SINDICAL INTERNA

A luta sindical estudantil resulta da articulação dialéctica de três níveis de actividade:

A. REFORÇO ORGANIZATIVO em que coexistem na unidade dois tipos de princípios:

1 - por um lado a DESCENTRALIZAÇAO, assente nas estruturas de cada curso, que garante o respeito da vanguarda face à iniciativa dos Estudantes na sua acção quotidiana e nas suas assembleias;
2 - por outro lado, o CENTRALISMO que garante a coesão organizativa e a direcção central do movimento.

O reforço organizativo sem a articulação com a luta pedagógico-cultural chama-se BUROCRACIA.

B. A LUTA PEDAGOGICO-CULTURAL em que coexistem na unidade dois tipos de princípios:

1 - por um lado, a crítica aos métodos de ensino que constituem a forma de veiculação da cultura;

2 - por outro lado, a crítica ao conteúdo da cultura veiculada.

A luta pedagógico-cultural sem a articulação com o reforço organizativo e a luta reivindicativa chama-se CULTURALISMO.

C. A LUTA REIVINDICATIVA DE MASSAS em que coexistem na unidade dois tipos de princípios:

1 - por um lado, um inquérito de vanguarda junto dos estudantes para conhecer as suas reivindicações;
2 - por outro lado, a devolução dessas reivindicações concretas aos estudantes, devidamente perspectivadas (isto é, ligadas aos fins mais gerais da luta estudantil), para que o movimento prossiga e não pare na satisfação PARCIAL dos objectivos estudantis.

A luta reivindicativa, não sendo assim encarada, e sem a articulação com os outros dois níveis de luta, chama-se IMEDIATISMO OPORTUNISTA.

Como movimento sindical que é, o M.A. deve ser fortemente enraizado nos estudantes, pois sòmente NELES um reforço pode ser CONSEGUIDO. De facto um reforço implica a consideração das iniciativas das massas, devendo ser perspectivadas, para melhor serem prosseguidas.

Só a coordenação das várias iniciativas, que no fundo são diferentes aspectos de um mesmo movimento, lhe podem dar unidade. É, pois, inegável a necessidade de existência de uma organização que centralize essas acções. Esta centralização só é possível com um perfeito conhecimento do estado real de consciência dos estudantes, que certamente será determinante.

Este modo de actuação afastará, por um lado todos os perigos do espontaneismo, e por outro, todos os perigos de um afastamento das massas.

Assim, decorrente deste processo BASE - DIRECÇÃO - BASE, surgem-nos os organismos estritamente necessários para a correcta coordenação das diversas acções. Assim teremos:

para além das tradicionais estruturas representativas do curso, as Delegações, a actividade associativa, a nível de anfitea -

tro, deverá ser dinamizada por NUCLEOS DE BASE, abertos a todos os estudantes. A ligação do trabalho efectuado pelas Delegações de Curso e pelos núcleos de base, em seu torno formados, deverá ser feita por um DEPARTAMENTO PEDAGOGICO - -CULTURAL. Assim se processará a coordenação das acções a nível de Escola, obviando a um possivel isolamento de anfiteatro.

A força e a coesão dos estudantes encontrarão na ligação estreita deste departamento — emanação da base — com a DIRECÇAO a forma organizativa correcta para a articulação de processos REIVINDICATIVOS com a luta PEDAGOGICO-CULTURAL.

A Direcção, bem como às Delegações de Curso caberá, assim, um papel que entendemos ser o de uma VERDADEIRA VANGUARDA SINDICAL PRATICANDO UMA LINHA DE MASSAS. Estar no meio dos Estudantes, conhecer os seus problemas, sistematizá-los e perspectivá-los, propôr acções concretas, eis o seu papel. Só assim cada luta estudantil se cifrará numa vitória — isto é, na criação constante de formas organizativas pela luta, na imposição das reivindicações estudantis, na subida do nível de consciencialização.

DOIS PONTOS CONCRETOS

1. Luta pela informação

"A in formação é a base sobre a qual se afirma a consciencia, é o pressuposto da cultura, das opções ideológicas, do trabalho teórico; a informação objectiva é um meio (apenas um meio), mas cuja consecussão não será fácil. Ao nível das AAEE a informação terá que ser livre, assegurando na prática a liberdade da informação dentro da Escola". (Programa "Pela Universidade do Povo").

2. Luta contra a selecção, contra a divisão entre alunos ordinários e voluntários. Damos, assim, todo o apoio às já tradicionais reivindicações do estudante trabalhador e comprometemo-nos a criar estruturas mais capazes do que as tradicionalmente existentes, para a sua defesa face a um ensino que o segrega.

V. DO TRABALHO FEDERATIVO

É no trabalho visando a realização NA PRÁTICA de uma Federação de Estudantes de Lisboa, que se consubstancia a tendência do M.A. a fazer a unidade ao nível de Academia — o Movimento Federativo.

A F.E.L. não se proclama — realiza-se no quotidiano associativo através de uma EFICÁCIA PRÁTICA cada vez maior das decisões dos orgãos federativos e uma radicação cada vez maior dos departamentos federativos no trabalho de base.

Ora a R.I.A. não é, nem poderá ser, a continuar como está, o organismo impulsionador de um esforço unificador da Academia de Lisboa. Na R.I.A. encontramos todos os vícios decorrentes da falta de democraticidade num movimento sindical: a separação entre a decisão e a execução, com as consequentes discussões "a alto nível", têm feito da assembleia da cúpula de Lisboa um parlamento.

A falta de ligação à situação concreta do movimento em cada escola vem dar origem aos mais variados oportunismos, que se traduzem em posições inconsequentes.

A crise do princípio da democraticidade a nível interno vem desembocar, assim, na distanciação cada vez maior em relação às amplas camadas de Estudantes. Nas Direcções que, dentro das escolas, não fazem inquéritos sobre o grau de consciência das massas, vão para a R.I.A. dizer asneiras. A fiscalização das massas à actuação da R.I.A. far-se-á pela abertura desta à presença e intervenção por parte de TODOS OS ESTUDANTES, pela ampla informação acerca do andamento das questões federativas.

A democraticidade no seio das AAEE não é uma questão formal, tem que ser encarada como " algo que se constroi como um processo enão como uma realidade estática".

O estudo da aplicação dos princípios fundamentais às situações concretas, o reforço das estruturas mediante uma mais ampla ligação às massas, eis o objectivo prioritário do Movimento federativo no presente momento.

ERRATA AO PROGRAMA
"AO TRABALHO 71-72 "

Em II linha 15 - onde se lê mass-média leia-se classe média

V - Do trabalho Federativo
1ª linha - onde se lê " E no trabalho " leia-se " É no trabalho "

21ª linha-onde se lê "Nas Direcções" - leia-se " As Direcções "